

EXIGÊNCIAS DA RENAMO A.2.4 ENTRAVAM PROCESSO DE PAZ

— sublinha Chefe do Estado, que prossegue visita à província da Zambézia

por António Matulane, nosso enviado

O Presidente da República, Joaquim Chissano, que desde a passada segunda-feira está a efectuar uma visita de trabalho à província central da Zambézia, acusou ontem a Renamo de estar a entrar o processo de paz e a impedir o incremento do investimento estrangeiro em Moçambique, com as suas constantes e diferentes exigências em torno do Acordo Geral de Paz.

O Chefe do Estado moçambicano falava no decurso de um comício popular que orientou ontem no distrito de Pebane. Chissano começou por dar a palavra à população local, para se pronunciar sobre aquilo que são as suas realizações, assim como para apresentar os seus problemas, com destaque para a implementação do Acordo Geral de Paz.

Com efeito, os oradores manifestaram a sua preocupação pela situação dos desmobilizados do Exército, cujo encaminhamento e reintegração social tem conhecido problemas. A outra preocupação apresentada no comício prende-se com a situação de desemprego no distrito.

Segundo disseram os vários intervenientes no comício presidencial, é necessário que o Governo se empenhe cada vez mais no relançamento da indústria e outras actividades de índole económica e social por forma a absorver a mão-de-obra existente em Pebane.

Ao falar sobre a implementação do

Acordo Geral de Paz, o Chefe do Estado afirmou que neste momento existe muito armamento espalhado, mas que tal facto não pode constituir um entrave à pacificação nacional e um impedimento à grande tarefa de reconstrução do país.

O Presidente Joaquim Chissano acusou na circunstância o movimento de Afonso Dhlakama de querer institucionalizar duas administrações no país, numa atitude que viola flagrantemente os entendimentos alcançados em Roma.

Disse a propósito que o Governo, através das suas instituições, não tem conseguido penetrar nas zonas da Renamo para desenvolver projectos nas áreas da Saúde, Educação, e outras, porque o movimento de Dhlakama tem estado a vedar o acesso a essas zonas.

Para Chissano, essa atitude tem estado a prejudicar a paz que o país experimenta.

— Se não estivermos atentos amanhã a Renamo vai chegar a Pebane e vai dizer à população que o Governo da Frelimo não fez nada nas suas zonas, enquanto que é a Renamo que não permite que o Governo se movimente à vontade nas suas zonas — sublinhou o Chefe do Estado.

Referiu que muitos organismos internacionais e instituições financeiras têm-se mostrado receosas em investir em Moçambique devido às constantes e diferentes exigências da Renamo em torno do Acordo Geral de Paz.

Num outro desenvolvimento, Chissano afirmou que só com a paz o país poderá melhorar o actual quadro económico e social marcado por graves

distorções.

Entretanto, num encontro mantido com o Governo da Zambézia no primeiro dia da visita presidencial, o Vice-Ministro do Comércio, António Munguambe, que integra a comitiva presidencial, informou que o executivo disponibilizou um montante no valor de 150 mil contos para apoiar a comercialização naquela região do país.

Anunciou também que o Governo central está a enviar esforços no sentido de reabilitar a rede comercial destruída durante a guerra, através da mobilização da comunidade internacional na obtenção de linhas de crédito para o efeito.

Na ocasião, o Vice-Ministro do Comércio deu a conhecer que a França disponibilizou ao país um fundo avaliado em seis milhões de francos, o equivalente a três milhões e 800 mil contos. Segundo António Munguambe uma parte deste montante será dirigida à província da Zambézia.

O Presidente Joaquim Chissano encontra-se desde a tarde de ontem no distrito de Mocuba, e hoje vai deslocar-se a Ille, no norte da província, onde se espera venha a manter contactos com as autoridades locais e com a população daquela região.

Nesta digressão à Zambézia, o Chefe do Estado moçambicano faz-se acompanhar pelos Ministros da Saúde, Dr. Leonardo Simão, e dos Recursos Minerais, John Kachamila, e dos Vice-Ministros do Comércio e da Construção e Águas, António Munguambe e Agostinho Monjane, respectivamente.

Libertação de madeireiros só com decisão de Maríngué

— diz delegado provincial

O delegado provincial da Renamo em Sofala, Fernando Pereira, anunciou que os 17 madeireiros que foram detidos pelo seu movimento no distrito de Nhamatanda não serão libertados antes de orientações nesse sentido emanadas de Maríngué, base central da organização.

Pereira foi citado pela Rádio Moçambique a dizer que os madeireiros violaram os princípios da Renamo ao cortarem madeira no distrito de Nhamatanda.

Ele acrescentou que antes da conclusão do processo de averiguações os "detidos" permanecerão sob custódia da Renamo.

Nhamatanda situa-se ao longo do "Corredor da Beira", vias ferroviária e rodoviária que dão acesso do Zimbábue ao mar. As localidades deste distrito são maioritariamente controladas pelo Governo.

A Rádio Moçambique noticiou ainda que elementos da Renamo estão a criar distúrbios ao longo das estradas que ligam os distritos de Montepuz a outras zonas da província de Cabo Delgado. — (AIM)